

PARECER JURÍDICO

INTERESSADA: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE DE PROCESSO E DE MINUTA DO TERMO CONTRATUAL ART. 72, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 21 DE ABRIL DE 2021.

Senhora Ordenadora de Despesas,

Vem a esta assessoria jurídica o processo de Dispensa de Licitação nº IN-DL006/22, que trata da Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de inspeção e levantamento cadastral de todas as unidades consumidoras de energia elétrica da Prefeitura Municipal de Independência, compreendendo a elaboração de relatório e parecer técnico, de interesse da Secretaria da Infraestrutura do município de Independência/CE, para atendimento e otimização de suas atividades.

Primeiro, em decorrência do valor auferido por Cada Unidade Gestora, que é inferior ao valor atualizado pelo Decreto Federal nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021 de R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), estamos diante da possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, com arrimo no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (grifo nosso).

Depois, diante das informações declinadas no referido processo e com base na documentação acostada nos autos, podemos perceber que a administração cumpriu fielmente as recomendações legais, mais precisamente, com relação aos procedimentos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e com a publicação do aviso contendo a intenção da pretendida contratação na imprensa oficial do município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Independência, na forma que alude o art. 75, § 3º, do mesmo diploma legal.

Também, confirmamos que a proposta aprovada foi exatamente a de menor valor global, e que foram exigidas e observadas as condições de habilitação da



proponente, sobretudo, no que pese a regularidade jurídica, fiscal, previdenciária, trabalhista, financeira.


Em análise ao processo da dispensa de licitação podemos constatar que este cumpriu, na forma regimental, as devidas formalidades, quais sejam:

- a) Identificação da demanda;
- b) Projeto básico;
- c) Aviso de publicação;
- d) Cotações prévias de preços;
- e) Fundamentação legal;
- f) Justificativa da contratação;
- g) Justificativa do preço.

Assim, considerando que foram observadas as devidas recomendações e o rito processual legal, entendemos pela possibilidade da contratação direta do objeto, por dispensa de licitação, com esteio no art. 75, inciso II, combinado com o art. 72, todos, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

É o nosso parecer,

Independência-Ce, 10 de outubro de 2022.


Ana Idelvany Vieira de Macedo
Procuradoria Jurídica
OAB/CE Nº 29.603